

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Liberal Class.: Kaipó Geral 43  
 Data 23/08/93 Pg.: \_\_\_\_\_

## Indigenista condena madeireiros

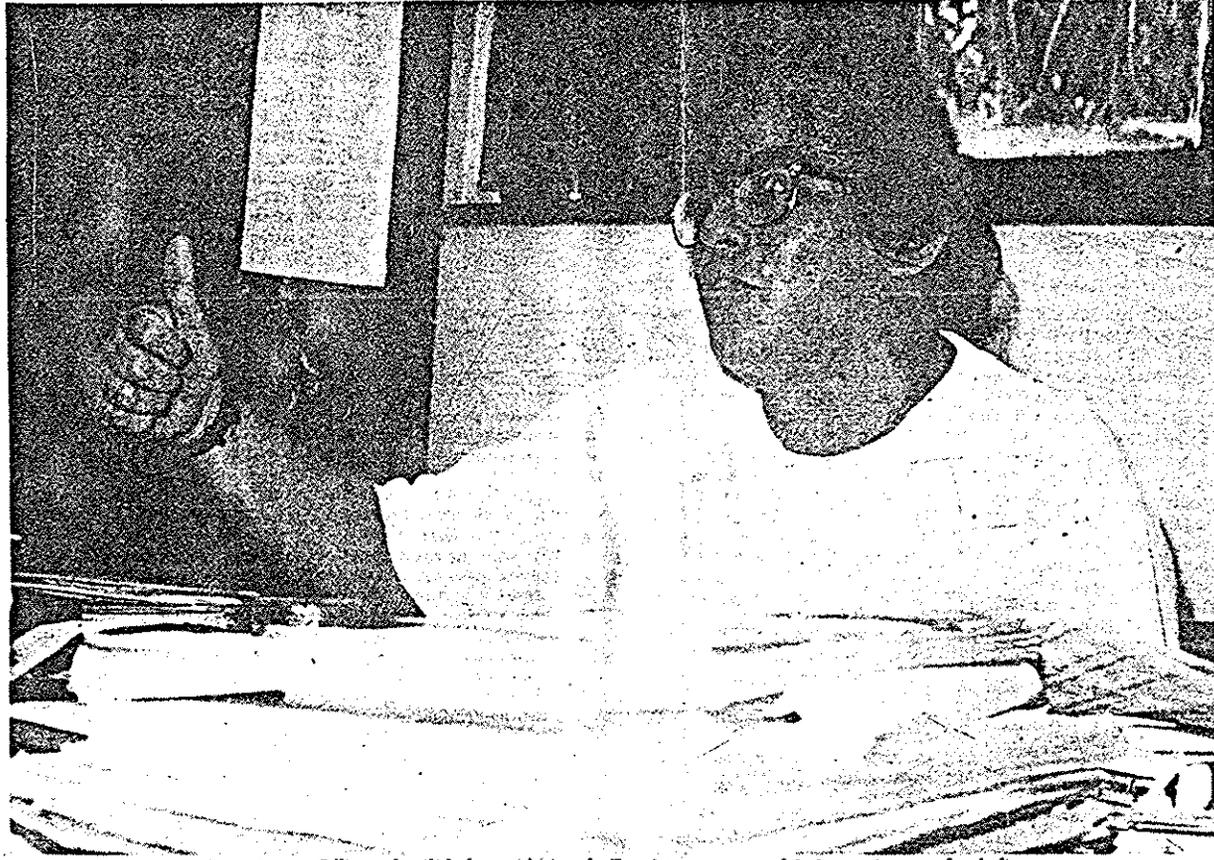
A economista e indigenista Regina Célia Fonseca Silva, 36 anos, chefe da Divisão Fundiária da Fundação Nacional do Índio (Funai), condena a exploração de madeira nas reservas indígenas e propõe uma investigação para apurar a responsabilidade de funcionários da própria instituição pela situação. Nessa entrevista à repórter Suely Leitão, de O LIBERAL, ela explica como as madeiras agem para entrar nas áreas indígenas e qual a participação da Funai na comercialização da madeira. Há sete anos no organismo, onde começou como chefe da Divisão e Desenvolvimento Comunitário, Regina Fonseca acredita que, sem a tutela da instituição, as condições dos índios seriam ainda piores.

■ Desde quando começaram a ser celebrados contratos de madeira em área indígena, com a intervenção da Funai?

□ Desde em 1982, com a empresa Salvati, na área Kaiapó, mais especificamente na aldeia Gorotire. Na época, havia sido apreendida madeira que essa madeireira tinha derrubado dentro da área. A empresa já havia retirado 5.800 metros cúbicos e a Funai achou por bem, então, convalidar o que seria entendido como roubo, através da oficialização dessa venda. Na época, era delegado em Belém o Paulo César. O contrato estabelecia 45 dias a contar da data e assinatura, mas poderia ser prorrogado.

■ E partir daí, foram firmados outros contratos?

□ Vamos explicar, primeiro, um detalhe interessante. Esse primeiro contrato foi firmado para vender a madeira em metro cúbico, previa a venda de 8 mil metros cúbicos de madeira. Inexplicavelmente, a Funai passou a fazer contrato de venda de madeira desconsiderando o critério do metro cúbico, que é uma coisa óbvia, passando a vender a madeira por pé. Em 1983, ela fez um contrato com a Sebba, para vender dez mil pés de mogno. No mesmo, houve um contrato com a Bannach, para vender 300 pés de mogno, e com a Agropastorial Rio Dourado, para vender 1.750 pés de mogno. Em 1984, o cacique Tutu Pombo, da aldeia Kriketum, contando com a assessoria da Funai, fez contrato com a Indústria e Comércio de Lâminas Nossa Senhora Aparecida, de



Para Regina Célia, a fragilidade econômica da Funai tornou os madeireiros assistentes dos índios

propriedade do senhor Angelim, para vender 4.500 pés de mogno. Já em 1985, a Funai voltou a descobrir que os contratos deveriam ser feitos em metro cúbico — porque madeira não se vende pé, e cada pé tem aproximadamente 8 metros cúbicos, ou seja, se eu vendo pé, perco sete metros cúbicos —, fazendo contrato com a Serraria Sul do Pará com os índios da Kubenkankrein, para vender 20 mil metros cúbicos, e também com a Maginco com a aldeia Kokraimoro, para vender 6 mil m<sup>3</sup>.

■ Nesse intervalo, quando foram feitos contratos para venda do pé e não do metro cúbico da madeira, o que aconteceu? A Funai esqueceu a legislação ou foi intencional?

□ Eu não acredito que a Funai, um órgão que conta em Brasília e em Belém com técnicos, tanto na parte jurídica como agrícola e

florestal, que isso tenha ocorrido por desconhecimento de que se vendia madeira a metro cúbico. Eu acho que foi falta de critério, de responsabilidade e de interesse com o patrimônio dos índios. Por sinal, eu acho que o primeiro contrato nem deveria ter sido feito, porque a partir do momento que alguém entra na tua casa e rouba e tu acabas convalidando esse roubo, vendendo ao ladrão o que ele roubou, está estimulando outros ladrões a roubar a tua propriedade.

■ Você acha que houve uma troca de interesses entre o pessoal da Funai e os madeireiros? Os administradores da Funai se beneficiaram pessoalmente desses contratos?

□ Não posso afirmar isso, porque seria uma acusação muito grave dizer que naquela época, e posteriormente, A, B ou C, servi-

me, doença e beneficiou as torças econômicas, que já naquela época se manifestavam.

■ Você tem conhecimento se essa investigação está sendo feita?

□ Não, mas acho que seria o correto. A Funai são pessoas e é necessário que sejam responsabilizadas as pessoas que agiram de forma descréda, no meu entendimento. Em 84, viajou para área o servidor Cicero Cavalcante de Albuquerque, que apresentou um relatório do dia 7 de janeiro de 85, informando que já estava implantado na aldeia Gorotire o total descontrolado da retirada de madeira. Ninguém no posto sabia informar quanta madeira tinha sido retirada, colocava que a madeira tinha que ser vendida pelo metro cúbico, recomendava que fossem feitas novas licitações, dizia que os índios não tinham mais mandioca para comer, porque recebiam tudo de graça, como fruto da venda da madeireira, e pe-

me, doença e beneficiou as torças econômicas, que já naquela época se manifestavam.

■ A atual administração da Funai não poderia fazer uma investigação a respeito?

□ Caberia verificar toda essa situação passada, porque está se vendo, atualmente, que esse tipo de atividade que a Funai na época convalidou não trouxe absolutamente nada para os índios. Só trouxe degradação cultural, fo-

me, doença e beneficiou as torças econômicas, que já naquela época se manifestavam.

■ Por que a Funai nada faz para coibir a extração de madeira?

□ A partir de 1988, devido às pressões internacionais, foram suspensos os contratos de madeira. A nível de unidades regionais, a Funai passou em vários momentos a denunciar o problema e pedir providências que sempre eram impedidas por dificuldades financeiras de outros órgãos. Para fazer uma missão numa área, precisa de Polícia Federal e de Ibama e, via de regra, a Funai paga a diária desses servidores, o que dificultava o trabalho. Não se pode dizer que a Funai não fez nada nesse período. Foram tomadas medidas isoladas em algumas regiões.

■ Quais, por exemplo?

□ Em 1982, foi feita uma vistoria por técnicos da Funai na área de Altamira, quando foram apreendidas várias toras de madeira e, em outras regiões, se tentou coibir.

■ Fora esses contratos, firmados com a intervenção da Funai, os índios faziam ou fazem acordos diretos com as madeireiras?

□ A partir do momento em que foram proibidos novos contratos, os índios, principalmente os Kaiapó, que já eram dependentes daquele recurso, começaram a fazer contratos diretos com as madeireiras. O que não quer dizer que a Funai, de uma forma indireta, não os assessorasse nesses contratos. Isto está bastante comprovado na liminar expedida pela juíza de Brasília, quando em 1989 a Funai fez contrato com a Perachi, para vender 7 mil metros cúbicos de madeira. Apesar da proibição, você não pode dizer que a Funai seguiu à risca. Passou em alguns momentos a ser oficial e outros officiosos.

■ E hoje, continuam a serem firmados esses contratos? A Funai está impedindo ou não a retirada da madeira?

□ Hoje a situação está da seguinte forma: a apreensão na área dos Kaiapó foi uma iniciativa do Ibama e vale registrar que a retirada de madeira nessa área é de conhecimento público. Não se pode dizer que o Ibama, a Funai, a Procuradoria Geral da Repúli-

Vide Verso

ca' ou o próprio presidente não sabia. Em fevereiro, os índios Kaiapó encaminharam um documento para o presidente Itamar Franco dizendo que eles iam continuar vendendo madeira. A medida do Ibama foi apenas a aplicação do óbvio. Agora, nós estamos iniciando uma luta muito acirrada em Altamira, no sentido de tentar coibir a entrada de madeira na área dos Tembés. Sempre lutando com a falta de recurso. Para se ter uma idéia, uma madeireira entrou recentemente na área indígena Koineno, alegando que não sabia onde ficava o limite da área, e nós estávamos sem recursos para deslocar o servidor. Para fazer isso, contamos com o apoio da prelação do Xingu. Pelo menos estamos conseguindo paralisar a exploração em algumas áreas.

■ **Você tem idéia da quantidade de madeira retiradas das áreas indígenas hoje?**

□ Não tenho idéia. Mas pelo que foi apreendido na área Kaiapó, fica nitidamente claro a importância do mogno que existe nas áreas indígenas para o setor madeireiro. São seis mil toras de mogno, uma pequena fábula, de uma área que já está de certa forma esgotada, considerando que desde 1982 ela é explorada. Agora, as madeireiras estão subindo para entrar nos últimos redutos de mogno, que estão em Altamira.

■ **Em que pé estão os processos administrativos, nos quais os funcionários a Funai são citados por envolvimento na venda de madeira?**

□ Não sei informar, porque isso é um questão da jurídica. O que eu posso dizer é que os processos são de 1991, que previam a instalação de novos inquéritos administrativos. Na verdade, não é um processo sobre venda de madeira, mas sobre roubo de ouro. A comissão de inquérito constatou uma série de outras irregularidades e pedia que fossem tomadas novas providências, que fosse aberto inquérito, no sentido de indicar outros servidores, para verificar quem é quem nessa história. Porque fica muito difícil você desenvolver algum trabalho numa comunidade que já está com alto grau de dependência, quando você conta com pessoal que convive diretamente com eles estimulando esse tipo de prática.

■ **O que muitos dizem é que os índios — o caso mais conhecido é dos Kalapó — são aliados por parte das madeireiras. Isso é verdade? De que forma as madeireiras agem para aliciá-los?**

□ A fragilidade econômica da Funai colocou os madeireiros como verdadeiros assistentes dos índios. Agora os índios pagam caro por essa assistência. Os índios Kaiapó não estão conseguindo entender o preço que eles estão pagando por isso. A madeireira paga a farmácia e o hospital, mas ela desconta na madeira que tira e que ela compra por um preço muito baixo. E eles não conseguem entender que o processo de devastação é que está gerando cada vez mais doença e forma nisso um círculo vicioso.

■ **Como se dá esse aliciamento?**

□ O esquema é simples. Geralmente, as áreas são de difícil acesso e existem pistas de pouso. As madeireiras chegam de avião, com presentes, quinilhas e mantimentos, panelas, e come-

çam a fazer uma política de aliciamento. Posteriormente, o índio aparece como ele querendo vender a madeira, mas, na verdade, ele induzido pela madeireira a fazer isso. Assim, procede o Angelim, a Serrearia Sul do Pará, do Adão Modesto, que mandou o gerente lá para dentro da área dos Paracanã, mas os índios se negaram, porque a Funai já tinha feito um trabalho lá. Assim como os Assurini e os Tembés são contrários.

■ **Os índios alegam que são obrigados a vender madeira para que possam prover suas necessidades básicas, já que a Funai, eternamente sem recursos, não consegue oferecer-lhes o mínimo necessário. Isto é justificativa para que a autorizem a exploração de suas reservas?**

□ Eu acho que isso é justificativa colocada, inclusive, por alguns setores da Funai, para legalizar a venda da madeira. Mas, no meu entender, é uma meia verdade, porque existem outras áreas indígenas que não são assistidas pela Funai, como os Mundurucu, Tembés, Arara ou Assurini, mas que não têm esse tipo de procedimento. O caso do Kaiapó é uma questão que vem de longo tempo e que não vai ser resolvida só pela Funai, mas com um esforço interinstitucional.

■ **Quem está enriquecendo com a venda de madeira entre os Kaiapó: toda a comunidade, apenas uma meia dúzia — os caciques — ou nem isso?**

□ Sempre se coloca em vários reportagens que os Kaiapó são ricos. Na época em que era oficial a venda da madeira, os índios Kriketu, no ano de 1988, receberam US\$ 1.136.080, com a comercialização de 49.800 metros cúbicos de mogno que a Funai conferiu. Mas naquela época essa comunidade tinha um índice de mortalidade infantil de 250 por mil. Isso é riqueza? Os índios Kaiapó, será que são ricos? Ou uma elite dos Kaiapó que fala atropeladamente o português e que por isso tem facilidade de contar com as madeireiras? Onde a Funai aplicou os recursos oriundos desses contratos?

■ **Então a qualidade de vida dos índios não melhorou depois que eles começaram a ganhar milhões de dólares com a venda de madeira?**

□ Segundo dados da Fundação Mata Virgem, os Gorotire e os Kriketu enfrentam em alto grau de contaminação de mercúrio, é alto o índice de tuberculose, de pneumonia, de doenças venéreas e de uma série de outras coisas. Então, eu não vejo que benefício isso trouxe para os índios Kaiapó.

■ **Mas dizem que os Kalapó são mais aculturados.**

□ Eu não vejo assim. Um grupo que foi contactado na década de 30, onde uma pequena parcela da população fala português. E esses falam o português péssimo, não têm conhecimento da nossa sociedade. As pessoas costumam julgar pela roupa e pelo bem material que eles possuem. O fato de alguns Kaiapó usarem calças de último modelo e terem gravador, televisão, avião e viajado para Europa não significa dizer que esse povo está aculturado. A maioria dos Kaiapó está fora desse contexto. As lideranças Kaiapó tentam redistribuir os recursos

com o resto da comunidade, mas creio eu que essa distribuição não é justa, porque se não fosse não teria a situação da comunidade como um todo. Qualquer município que tivesse uma renda anual de US\$ 1 milhão teria saneamento básico, educação. Está havendo uma má aplicação de recursos. Essas lideranças, a maioria jovens, são induzidas a fazer aquisições, no comércio local, de coisas que não têm a mínima utilidade para eles, como avião, motores, que estão criando um elefante branco nas aldeias. Os avíões, por exemplo, os índios não tem como fazer a reposição e, por isso, acabam fazendo novos contratos de madeira. Essas lideranças também não são as responsáveis, elas foram, sim, mal orientadas.

■ **Que interesses estão por trás da comercialização de madeira das reservas indígenas?**

□ Existe uma tendência, tanto interna quanto externa, de criar mecanismos para regularizar a venda de madeira. Recentemente foi notícia no jornal uma reunião promovida pela Aimec (Associação das Indústrias Madeireiras Exportadoras), onde no roteiro da viagem constava a área Kaiapó. Houve uma denúncia do CIMI colocando que essa viagem era um subterfúgio para conseguir a aprovação da exploração da madeira. Se essa comissão tivesse isso para lá, dificilmente você ouviria outra coisa dos Kaiapó, a não ser que eles querendo vender a madeira. Na pauta de exportação do Pará, o mogno é o quinto item. De janeiro a dezembro de 1992, vem o ferro, o alumínio e, em seguida, o mogno. Nesse ano, entrou para o Estado US\$ 122.689.645 do comércio de madeira. Todas as tentativas de tirar a tutela do índio, emancipar o Kaiapó, diminuir a área indígena, é explicado pela necessidade de permanecer nesse tipo de atividade, que pode até trazer benefícios a nível do Estado, mas não para o Kaiapó.

■ **E as tribos indígenas que não sobrevivem com a extração de mogno, como se sustentam e como está a qualidade de vida nessas comunidades?**

□ A qualidade de vida dos povos indígenas não é boa de um modo geral. Dificilmente os grupos indígenas não se encontram pressionados por essas forças econômicas. Quase todas as áreas indígenas do Estado do Pará têm problema de garimpo, madeira, de entrada de peixeiro. O que eu posso afirmar é que os índios que hoje não estão sujeitos a esse tipo de atividade vivem com certeza melhor.

■ **Os municípios onde estão as reservas indígenas que comercializam a madeira se beneficiam desse comércio?**

□ A questão da madeira não atinge só as áreas indígenas. Em todos os municípios do Pará, você não vê nada mais do que camião de madeira. O comércio beneficia o madeireiro e o comércio desses municípios. O posseiro em Nova Esperança do Piriá está vendendo o pé de mogno por CR\$ 500,00. No Pará, nós já vimos o ciclo da castanha e da borchacha e estamos passando pelo ciclo do ouro e da madeira, mas o que ficou para o Estado, para o caboclo que está no meio do mata, sem acesso, sem crédito, sem título de terra, e para o índio,

sem assistência e com doença? Na última terça-feira, eu e uma comissão de parlamentares tivemos que sair correndo do município de Nova Esperança do Piriá, porque alguns moradores exaltados pretendiam secar os pneus do carro que estávamos. A reunião tratava da construção de uma estrada que vai cortar a reserva do rio Cuiabá pela Rosa Madeireira e Serrearia Marajoara.

■ **Como são os expedientes que as madeiras usam para retirar a madeira das reservas?**

□ Elas não tem escrúpulo nenhum. Recentemente, nós recebemos um processo onde o procurador era o senhor Adão Modesto, proprietário da serraria, em que até documento falso do Ibama foi apresentado, para tentar regularizar a retirada da madeira. Vai do aliciamento dos índios, da corrupção de servidores públicos, até a emissão de documento falsos.

■ **Algumas reservas, no Pará e em outros Estados, são maiores do que muitos países da Europa. Você não acha que existe muita terra para pouco índio?**

□ Eu acho que não tem muita terra para pouco índio, não. Numa área indígena como a do rio Guamã, com 269 mil hectares, mas em contrapartida 27 fazendeiros têm três vezes mais terra em terra. O que existe é uma política econômica voltada para a presença do latifúndio e tenta-se fazer reforma agrária nas terras dos índios, para não desapropriar as fazendas improdutivas. Quando você faz um estudo nas áreas indígenas, deve ser considerado o espaço necessário para atender o que diz a Constituição, não só para sobrevivência, mas também para a sobrevivência cultural. Será que nós, enquanto paraenses, se viesse um alienígena nos colonizar, iríamos gostar que fossem retirados a igreja de Nazaré, o cemitério onde estão nossos mortos, e ficassem apenas nossas casas? Antes de questionar que os índios têm muita terra, deveríamos ver quem está em volta dos índios.

■ **No que a revisão constitucional pode influenciar positivamente para garantir que todas as reservas sejam demarcadas?**

□ Está havendo pressões não para ajudar os índios, mas uma tentativa de se voltar como antigamente. Para regularizar uma área indígena, tem que consultar os ministérios do Interior, da Agricultura e não sei o que mais. O que eu estou vendo é mudanças no sentido de retirar as garantias da Constituição anterior, que foram referendadas em 1988 e que determina a demarcação das terras até outubro de 1993. Em 1991, o presidente Collor assinou o decreto nº 22 voltando à Funai a retribuição de regularizar as áreas indígenas, o que eu espero que se mantenha.

■ **O que falta para demarcar o restante das reservas?**

□ Em alguns casos falta dinheiro para demarcar, em outros falta a portaria do ministro. A questão é de vontade política. Mais uma vez vamos ver descumprido o que está previsto na Constituição, porque é inviável, pelo menos no Pará, demarcar todas as áreas até outubro de 1993.

■ **Por que a Funai tem muitos funcionários nas cidades — Brasília e Recife, por exemplo — e proporcionalmente tão pouca gente atuando nas aldeias, assistindo diretamente aos índios?**

■ **Para isso, contribuíram dois fatores. Primeiro, a proibição de contratação de pessoal por órgão público. Segundo, é que a maioria dos servidores colocados em disponibilidade pelo presidente Collor eram do campo, atendente de enfermagem, professor, chefe de posto.**

■ **Esse quadro não justifica uma revisão na questão da tutela dos índios pela Funai. Não seria fictícia essa tutela?**

□ Acho que é preciso rever a política indigenista e não a tutela. A Funai trabalha com povos que ainda não foram contactados e mesmo os que estão contactados esses povos não têm as condições ideais de enfrentar o problema que vão ocorrer com a ausência da tutela. A questão do índio não é só um problema da Funai. O Estatuto do Índio é claro quando diz que cabe aos Estados e municípios prestarem assistem aos povos indígenas.

■ **Considerando as dificuldades alegadas, não seria melhor extinguir a Funai?**

□ Sem a Funai os índios vão ficar entregues à mão de quem? Das madeireiras, dos garimpeiros, dos posseiros. Eu acho que com todas as falhas, omissões e erros de percurso, eu vejo uma disponibilidade muita grande das duas últimas presidências da Funai, no caso o Sidney Possuelo e, atualmente, o Cláudio Romero. grande vontade política de mudar esse quadro?